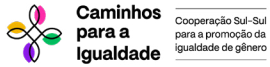


# Gênero e Desenvolvimento



## 1. Introdução

A desigualdade de gênero é um fenômeno estrutural e historicamente enraizado. Ela atravessa diferentes dimensões — do nível doméstico às dinâmicas globais — e resulta em disparidades profundas de acesso a direitos, recursos e oportunidades. Essas desigualdades se manifestam em indicadores de pobreza, participação no mercado de trabalho, violência, acesso à educação, representação política e até mesmo na forma como o trabalho doméstico e de cuidado são distribuídos socialmente. Ao limitar o pleno acesso e a participação das mulheres nessas dimensões, impactam diretamente as trajetórias de desenvolvimento, influenciando a capacidade da sociedade promover crescimento econômico inclusivo, redução da pobreza e bem-estar coletivo.

Ao evidenciar dados, tendências e impactos das desigualdades de gênero, este documento busca contribuir para o debate público e para a formulação de políticas que tenham a igualdade de gênero como princípio estruturante para o desenvolvimento. A partir da análise de diferentes faces dessas desigualdades, o documento enfatiza a urgência de respostas integradas e sustentadas, capazes de promover a autonomia das mulheres, reduzir assimetrias históricas e ampliar as bases para um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

## 2. Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2015 foi adotada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que aborda uma gama de desafios globais. Entre eles, a erradicação da pobreza, redução de desigualdades, mudanças climáticas, fim dos conflitos e paz sustentável. Devido aos esforços de defensoras e defensores dos direitos das mulheres, a Agenda apresenta um compromisso abrangente e transversal com a igualdade de gênero, tendo por base a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.<sup>1</sup>

A Agenda 2030 reconhece que a discriminação baseada no gênero tem raízes profundas em todo o mundo, presente de maneira generalizada em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Globalmente, mulheres com menos de 40 anos têm mais chances de viver na pobreza do que homens. A desigualdade persiste no mercado de trabalho, onde sofrem com segregação e disparidade salarial. Apesar do progresso, mulheres em diversos países seguem sem acesso à educação formal ou subrepresentadas na política. Além disso, ainda sofrem com mortalidade materna, casamento precoce, mutilação genital feminina e violência de gênero, muitas vezes nas mãos de seus próprios parceiros. Mudanças climáticas também afetam as mulheres de maneira desproporcional. Secas, inundações, poluição e desflorestamento são exemplos de situações que costumam trazer mais carga para as mulheres.<sup>2</sup>

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, fomentar um crescimento econômico sustentável, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade, tendo a inclusão social como eixo transversal.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> ONU Mulheres, [Turning promises into action: gender equality in the 2030 agenda for sustainable development](#), 2018. Acesso em 5 de abril de 2024.

<sup>2</sup> Idem. Acesso em 5 de abril de 2024.

<sup>3</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas. [Resolução 70/1](#), de 25 de setembro de 2015, p.13.

Os compromissos expressos nos ODS são fruto do trabalho conjunto entre governos, Organizações Internacionais, Organizações Não Governamentais, setor privado e sociedade civil de todo o mundo. A Agenda 2030 e os 17 ODS formam uma visão comum para a humanidade, um contrato entre líderes mundiais e a população, com uma lista de afazeres em nome dos povos e do planeta.<sup>4</sup>



<sup>4</sup> Nações Unidas Brasil, [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#). Acesso em 22 de julho de 2023.

### 3. Gênero e o Desenvolvimento Sustentável

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Nele estão incluídos nove objetivos específicos, que funcionam como uma checklist mensurável, que nos permite acompanhar o progresso até 2030.<sup>5</sup>

**5.1** Acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas.

**5.2** Eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

**5.3** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças, assim como mutilação genital feminina.

**5.4** Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família.

**5.5** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão política, econômica e pública.

**5.6** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos.

**5.7** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais.

**5.8** Aumentar o uso de tecnologias, principalmente de informação e comunicação, visando promover o empoderamento das mulheres.

**5.9** Adotar e fortalecer políticas e legislações para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas e em todos os níveis.

Como o ODS 5 não deve ser o único a focar no avanço da igualdade de gênero, há um esforço em transversalizar as questões de gênero ao longo de toda a Agenda 2030. Defensoras e defensores dos direitos das mulheres conseguiram tanto

<sup>5</sup> Nações Unidas Brasil, [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5](#). Acesso em 22 de julho de 2023.

este objetivo específico quanto a sua integração com outros objetivos e metas, chamando a atenção para as dimensões do gênero na pobreza, fome, saúde, educação, água e saneamento, emprego, mudanças climáticas, degradação ambiental, urbanização, conflito e paz e financiamento para o desenvolvimento.<sup>6</sup>

## 4. Algumas das diversas faces da desigualdade de gênero

A desigualdade de gênero acontece quando um gênero é privilegiado em detrimento de outro. Ao longo da história, são persistentes as desigualdades entre homens, mulheres e pessoas não binárias.<sup>7</sup> Essas disparidades se encontram profundamente arraigadas em toda e qualquer sociedade,<sup>8</sup> dadas suas estruturas históricas e patriarcais.<sup>9</sup> Ainda vivemos em um mundo dominado pelos homens,<sup>10</sup> detentores de grande parte das posições de poder e processos decisórios, seja em casa, no trabalho ou na política.<sup>11</sup>

Dada a divisão sexual do trabalho, o trabalho de cuidado remunerado e não remunerado na América Latina e no Brasil é altamente feminizado. Evidências mostram que o tempo gasto com trabalho doméstico não remunerado e de cuidado é o principal fator que impede mulheres de acessarem o mercado de trabalho.<sup>12</sup> Globalmente, as mulheres também estão sub-representadas na política<sup>13</sup> e acessam menos oportunidades de educação formal.<sup>14</sup>

Até hoje, a forma como meninos e meninas é influenciada por diferentes papéis de gênero, que ajudam a moldar a sociedade. Enquanto meninos são incentivados a brincar com foguetes, aviões, kits de ciência e carrinhos, as meninas ganham

6 ONU Mulheres. [Turning promises into action: gender equality in the 2030 agenda for sustainable development](#), 2018. Acessado em 5 de abril de 2024.

7 ONU Mulheres. [Beijing Declaration and Platform for Action](#), 1995. Acessado em 6 de abril de 2024.

8 ONU Mulheres. [The United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women](#). Acessado em 6 de abril de 2024.

9 He For She. [Respectfully Disrupting Patriarchy – A Call for Gender Equality at UN Women's HeForShe Summit](#). Acessado em 6 de abril de 2024.

10 ONU. [World needs more men standing up for gender equality, says secretary-general, as commission on Status of Women Opens Sixty-First Session](#), 2017. Acessado em 6 de abril de 2024.

11 UN Statistics Division. [Power and decision-making](#), 2015. Acessado em 6 de abril de 2024.

12 CEPAL & ONU Mulheres. [Rumo à construção de sistemas integrais de cuidado na América Latina e no Caribe: elementos para sua implementação](#), 2021. Acessado em 6 de abril de 2024.

13 ONU Mulheres. [Facts and Figures: Women's Leadership and Political Participation](#). Acessado em 6 de abril de 2024.

14 ACNUDH. [The world is falling 130 million girls denied education: UN experts](#), 2023. Acessado em 6 de abril de 2024.

casinhas e bonecas.<sup>15</sup> Barreiras institucionais reforçam as experiências individuais, cristalizando desigualdades. Essas práticas fazem com que, desde cedo, meninas sejam educadas a desempenhar papéis domésticos e de cuidados, enquanto os meninos são direcionados à vida pública. Mulheres artistas, profissionais de cultura ou cientistas também são absolutamente sub-representadas,<sup>16</sup> o que dificulta a mudança de percepção sobre os locais que as mulheres podem ocupar na sociedade.

Essas desigualdades trazem graves consequências, entre elas a falta de representatividade das mulheres em espaços de poder e decisórios, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado, a desigualdade no mercado de trabalho, a violência de gênero, e a limitação do potencial humano, uma vez que a desigualdade de gênero impede que a sociedade aproveite todo o potencial e talento das mulheres, resultando em um desperdício de recursos humanos valiosos.<sup>17</sup>

## Dados de gênero

Para intervir em uma realidade, é importante conhecê-la. Por isso, para alcançar a igualdade, precisamos de dados desagregados por sexo/gênero. As obrigações e responsabilidades, acesso e controle de recursos, autoridade para decisões, privilégios e possibilidades de autonomia ainda são bastante desiguais entre mulheres e homens, e só os dados podem nos mostrar quão profundas são essas diferenças. Evidenciar outros marcadores sociais na análise desagregada, como raça/cor, etnia, idade, sexualidade, deficiência, religião, idioma, nacionalidade e status migratório evita assumir que todas as mulheres ou todos os homens compartilham das mesmas necessidades e perspectivas.<sup>18</sup>

Os dados nos ajudam a identificar onde se encontram as maiores lacunas, bem como os avanços para a igualdade de gênero e a Agenda 2030. Contar toda uma população de uma só vez, ou apenas fazer uma média, faz com que as disparidades

15 UNICEF. [Tackling Gender Inequality from the early years: strategies for building a gender-transformative pre-primary education system](#), 2022. Acesso em 6 de abril de 2024.

16 UNESCO. [Gender & creativity: progress on the precipice, special edition](#), 2021; ONU Mulheres. [UN Women statement for the International Day For Women and Girls in Science](#), 2024. Acesso em 6 de abril de 2024.

17 OIT, União Europeia, ONU Mulheres. [Ganha-ganha: igualdade de gênero significa bons negócios](#), 2021. Acesso em 6 de abril de 2024.

18 ONU Mulheres. [Transversalização de gênero: uma questão de direitos humanos](#), 2022.

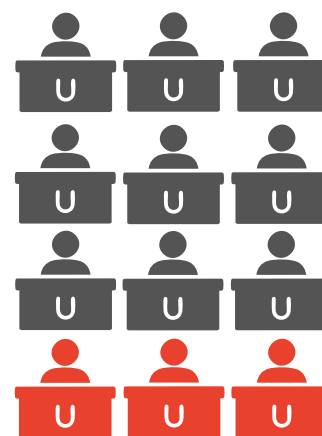
permaneçam mascaradas. Quando disponíveis, os dados desagregados nos possibilitam adotar políticas mais efetivas para a inclusão. São eles que permitem que tomadoras e tomadores de decisão priorizem recursos para acabar com a pobreza e para assegurar melhores serviços de acordo com as necessidades diversas.<sup>19</sup> No contexto de políticas públicas, é preciso garantir que os dados sejam coletados ao longo dos anos, possibilitando a análise dos padrões de mudanças e avanços ao longo do tempo, facilitando também as ações corretivas.<sup>20</sup>

## Liderança e participação política

Oportunidades iguais de liderança política asseguram que perspectivas e vozes diversas sejam levadas em consideração nos processos decisórios. Trazem também implicações econômicas e sociais, além de mais estabilidade econômica, melhores resultados democráticos, paz e prosperidade. Além disso, no Brasil, o aumento da participação política de mulheres a nível local foi fator importante para a redução dos níveis de violência de gênero.<sup>21</sup> Portanto, se torna crucial a participação igualitária entre homens e mulheres – em sua diversidade – em espaços de liderança. Não apenas para alcançarmos a igualdade de gênero, mas também para assegurar decisões que levem a mudanças e impactos positivos em diversos ambientes como política, trabalho e vida pública.

No entanto, a representação de mulheres e homens em setores políticos ainda continua bastante desigual. **Globalmente, as mulheres possuem apenas 26,4% dos assentos em parlamentos**, e menos de 10% em 23 países. Isso significa que, sem uma melhora nos índices de progresso, a paridade de gênero nos parlamentos nacionais não será alcançada antes de 2062. Ao mesmo tempo, a política local costuma ser um pouco menos desigual. Mulheres possuem 34,3% dos assentos nos mecanismos locais de tomada de decisão, mas ainda assim, para alcançar a paridade de gênero na política local, é crucial que as cotas de gênero sejam amplamente implementadas.<sup>22</sup>

Representação feminina em parlamentos (global)



19 OECD. [Data and Diagnostics to leave no one behind](#), 2018; PNUD. [Matriz de Indicadores de Gênero](#), 2016. Acesso em 22 de julho de 2023.

20 OECD. [Toolkit for Mainstreaming and Implementing Gender Equality](#). Acesso em 25 de julho de 2023.

21 Banco Mundial. [Pouco progresso para as mulheres na política](#), 2022. Acesso em 6 de abril de 2024.

22 ONU Mulheres. [Explainer: Sustainable Development Goal 5](#). Acessado em 22 de julho de 2023. Acesso em 6 de abril de 2024.

A política de cotas é uma ferramenta implementada em diversos países com o objetivo de aumentar a representatividade de mulheres na política e funciona como uma medida de reparação histórica das desigualdades de gênero. As formas mais comuns incluem a reserva de um número mínimo de cargos políticos a serem ocupados ou uma proporção de mulheres listadas como candidatas por partido. No Brasil, vigora o sistema de cotas eleitorais. Em eleições para as câmaras de vereadores, assembleias legislativas e para o Congresso Nacional, os partidos são obrigados a ter um mínimo de 30% e um máximo de 70% de candidatos de cada gênero. Ainda assim, são recorrentes os vieses discriminatórios nesse sistema, uma vez que diversos partidos criam candidaturas fictícias e sem chances de sucesso, apenas para preencher requisitos legais.<sup>23</sup>

No país, o voto de mulheres só passou a existir nos últimos 90 anos. A conquista foi um resultado direto do trabalho de movimentos de mulheres. No entanto, o ganho alcançado até hoje, quase um século depois, ainda é bastante limitado. Apesar de serem mais da metade da população de eleitores e eleitoras no Brasil (52%),<sup>24</sup> a participação de mulheres na política é ainda inferior do que a média global. Até hoje, o Brasil só teve uma presidente mulher, e atualmente é o país da América Latina com menor participação de mulheres em seus gabinetes ministeriais, com apenas 6,3%. Além disso, em 2018 ocupava a 161ª posição entre 186 países analisados em termos de presença no Executivo, um ranking que compila dados sobre a representatividade em chefias de governo, chefias de Estado, número e proporção de habitantes governados por mulheres e proporção em cargos ministeriais.

Para completar, o país possui apenas 17,7% de mulheres deputadas federais e 12,4% de senadoras. Com essas estatísticas, o Brasil se encontra em 129º lugar num ranking de 186 países sobre mulheres na política.<sup>25</sup>

---

23 Para mais informações e exemplos de fraudes na política de cotas, acesse: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/tribunal-confirma-fraude-a-cota-de-genero-nas-eleicoes-2020-em-roteiro-al>, <https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/fraude-a-cota-de-genero-provocou-a-cassacao-de-24-vereadores-em-dois-anos-em-sao-paulo>, <https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Agosto/decisoes-e-normas-do-tse-combatem-tentativas-de-fraude-a-cota-de-genero-nas-eleicoes>. Acesso em 22 de julho de 2023.

24 Banco Mundial. [Pouco progresso para as mulheres na política](#), 2022. Acesso em 22 de julho de 2023.

25 Agência Brasil, [Brasil ocupa 161º lugar em ranking da presença de mulheres no Poder Executivo](#), 2018; CEPAL, [Poder Executivo: porcentagem de mulheres nos gabinetes ministeriais](#), 2023; ONU Mulheres. [Women in Politics Map](#), 2023. Acesso em 22 de julho de 2023.



## Trabalho de cuidado e doméstico

Lavar roupa, cozinhar, cuidar de crianças e idosos, e manter a casa arrumada requer bastante esforço. Apesar disso, é um trabalho muitas vezes feito com remuneração nula ou bastante baixa, e é tipicamente realizado por mulheres e meninas. Embora seja um trabalho essencial para a vida diária e para a economia global, permanece não reconhecido ou bastante desvalorizado. Globalmente, as **mulheres gastavam três vezes mais tempo com trabalho não remunerado do que os homens antes de 2020.**<sup>26</sup>

**As mulheres dedicam 4,1 horas por dia com cuidado não remunerado e trabalho doméstico, enquanto os homens gastam 1,7.** Estima-se que a contribuição do trabalho não remunerado de mulheres para o cuidado com a saúde equivale a 2,35% do Produto Interno Bruto (PIB) global, quase 1,5 trilhão de dólares. Esse tipo de cuidado inclui promoção de saúde e atividades de prevenção, cuidado de crianças, pessoas com deficiência e doenças crônicas, bem como cuidado de idosos. **Quando considerados todos os tipos de cuidado, os valores sobem para 11 trilhões de dólares.**<sup>27</sup>

**No Brasil, as mulheres dedicam, em média, 21,4 horas semanais aos afazeres domésticos ou cuidado de pessoas, 10,4 horas a mais por semana do que os homens.** Enquanto 92,1% das mulheres realizam esses afazeres, 78,6% dos homens fazem o mesmo. Além disso, o trabalho doméstico também possui um recorte racial

<sup>26</sup> ONU Mulheres. [Explainer: Sustainable Development Goal 5](#). Acesso em 22 de julho de 2023.

<sup>27</sup> ONU Mulheres. [COVID-19 send the care economy deeper into crisis mode](#), 2020. Acesso em 22 de julho de 2023.



Mulheres gastavam  
**três vezes mais tempo  
com trabalho não  
remunerado** do que  
os homens antes de 2020



Mulheres dedicam  
**4,1% horas por dia**  
com cuidado não remunerado  
e trabalho doméstico, enquanto  
**os homens gastam 1,7**



Quando considerados  
**todos os tipos de cuidado**  
os valores sobem para  
**11 trilhões de dólares.**

evidente. Ao passo que 94,1% das mulheres pretas realizam trabalho doméstico, são 92,3% entre as pardas e 91,5% entre as brancas. Ressalta-se que as taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres são sempre mais altas que as dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça, 80,9% (homens pretos), 76,5% (homens pardos) e 80,4% (homens brancos).<sup>28</sup>

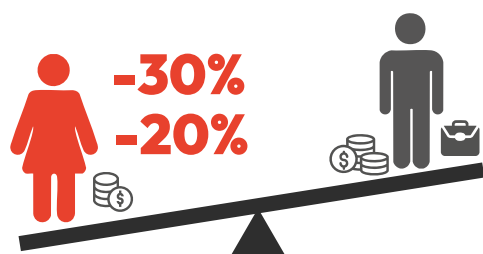
O não compartilhamento das tarefas domésticas e de cuidado provoca uma sobrecarga de trabalho e uma dificuldade sistemática de disponibilidade para a dedicação profissional, afetando a performance de mulheres economicamente ocupadas, provocando, a médio e longo prazos, estagnação na carreira, baixa remuneração e até mesmo o abandono do mercado de trabalho. Para aquelas que ainda não tiveram a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, as responsabilidades domésticas e de cuidado também contribuem para o adiamento ou mesmo a não entrada no mercado de trabalho, restringindo a possibilidade de ganhos econômicos ao longo da vida.

Para diminuir o peso do trabalho não remunerado em mulheres e meninas, são necessárias duas grandes mudanças. Os papéis tradicionais de gênero precisam abrir espaço para uma redistribuição das tarefas domésticas, com homens e meninos dividindo as responsabilidades com mulheres e meninas de maneira igualitária. Políticas públicas que incentivem o compartilhamento de responsabilidades têm um papel central em impulsionar tais mudanças, ao estabelecer medidas como licença paternidade. Ao mesmo tempo, os governos precisam ofertar melhores serviços públicos e proteção social, como expansão do sistema de cuidado, incluindo a oferta de creches públicas, lavanderias e restaurantes comunitários, o que ajuda a diminuir o peso que recai majoritariamente sobre as mulheres.

<sup>28</sup> IBGE. [Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas](#). Acesso em 22 de julho de 2023.

## Recursos econômicos, mercado de trabalho e a feminização da pobreza

O empoderamento econômico é central para um avanço nos direitos das mulheres e na igualdade de gênero, além de fundamental para o alcance da Agenda 2030. A contribuição das mulheres para as economias nacionais é evidente tanto em economias ricas quanto nas emergentes. Quando as mulheres trabalham, as economias crescem. A participação de mulheres na economia aumenta a produtividade, a diversidade econômica e a igualdade de renda. O controle de recursos econômicos é um fator fundamental para o empoderamento de mulheres, uma vez que garante maior segurança e independência, bem como proporciona melhores padrões de vida. Além disso, o empoderamento econômico de mulheres é bom para os negócios. Dados mostram que empresas se beneficiam em termos de efetividade e crescimento quando contratam mais mulheres, inclusive em cargos de liderança.<sup>29</sup>



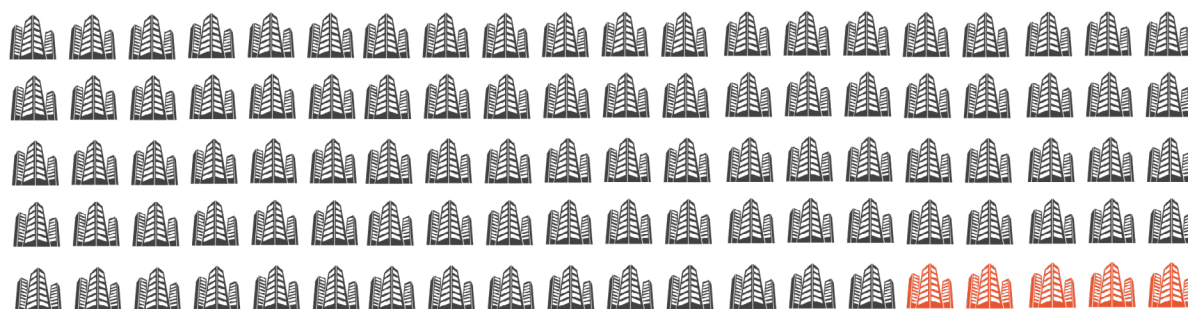
No entanto, as mulheres continuam sendo deixadas para trás. **Ser mulher implica uma probabilidade 30% menor de estar no mercado de trabalho e de ganhar 20% a menos do que os homens a nível global.**<sup>30</sup>

Além disso, com frequência, elas estão situadas na base da pirâmide econômica, em empregos mal remunerados e muitas vezes informais, sem acesso à proteção social, incluindo seguro-desemprego, licenças remuneradas e aposentadoria. Aliado a isso, seguem sub-representadas em diversas áreas como engenharias, construção civil e tecnologias. Como consequência, seus rendimentos são bastante inferiores aos dos homens. Apenas 28,3% das mulheres em 2020 tinham cargos gerenciais, e **somente 5% das 500 maiores empresas do mundo possuem Chief Executive Officer (CEO, sigla em inglês) ou Diretoras Executivas mulheres.** Serão precisos 140 anos para se alcançar a paridade de gênero em cargos gerenciais.<sup>31</sup>

29 OIT e ONU Mulheres. [Perspectiva de Gênero e Inclusão nas Empresas: Impactos Financeiros e Não Financeiros](#), 2021. Acesso em 22 de julho de 2023.

30 Organização Internacional do Trabalho, [Iniciativa Mulheres no Trabalho: o impulso para a igualdade](#), 2018. Acesso em 22 de julho de 2023.

31 ONU Mulheres. [Facts and Figures: Economic Empowerment](#). Acesso em 23 de julho de 2023.

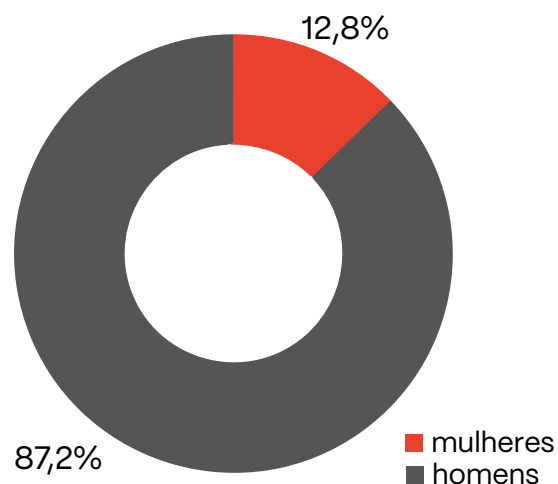


Somente **5%** das **500 maiores empresas do mundo** **têm mulheres como CEO.**

A violência é outro fator de desigualdade, uma vez que a discriminação, o assédio moral e sexual e outras violências de gênero levam à diminuição de performance, queda na produtividade, expulsão do mercado de trabalho, estagnação na carreira e traumas psicossociais de médio e longo prazos.

Quase um terço das mulheres empregadas globalmente se encontra trabalhando na agricultura. No entanto, as mulheres possuem muito menos acesso, controle e propriedade de terra do que os homens. Em particular, a posse de terra é um ponto crucial que ajuda na redução da dependência de mulheres frente aos seus parceiros homens e ainda aumenta o acesso ao crédito. Portanto, assegurar o direito à terra como propriedade, incluindo os direitos à herança e à divisão igualitária das propriedades entre os casais é essencial para a Agenda 2030. Apesar da representação paritária entre mulheres e homens na agricultura em países em desenvolvimento, o direito à propriedade privada só era garantido em quatro dentre 52 países estudados entre 2019 e 2021 pela ONU Mulheres. **E mulheres são apenas 12,8% das proprietárias de terras.**<sup>32</sup>

No Brasil, o racismo e o sexismo estruturam padrões de desigualdade social e vulnerabilizam a vida de mulheres, em especial mulheres negras e indígenas. As desigualdades estão presentes nos mais diversos



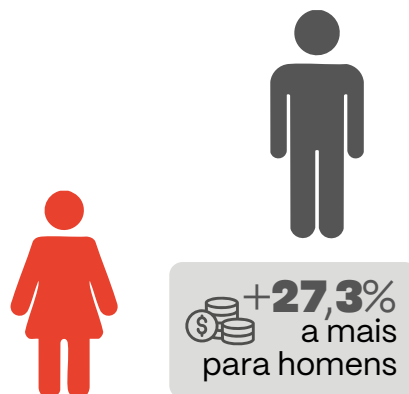
<sup>32</sup> ONU Mulheres. [Explainer: Sustainable Development Goal 5](#). Acesso em 22 de julho de 2023 e ONU Mulheres. [Facts and Figures: Economic Empowerment](#). Acessado em 23 de julho de 2023.

espaços da sociedade brasileira, entre saúde, educação e mercado de trabalho.<sup>33</sup>

Embora as mulheres apresentem mais anos de escolarização que os homens, ainda há desigualdades significativas no recorte de raça/cor. Enquanto mulheres brancas possuem, em média, 8,5 anos de estudo, mulheres negras apresentam 7,1.<sup>34</sup> **As mulheres representam 55,6% do total de ingressantes nas universidades, sendo que apenas 0,5% não mulheres indígenas.**

Mesmo tendo mais anos de educação formal que os homens,<sup>35</sup> em geral as mulheres estão concentradas em empregos com remuneração baixa e sem condições decentes de trabalho.<sup>36</sup> No país, a participação das mulheres no mercado de trabalho é 20% menor do que a dos homens. Dados ainda demonstram que as mulheres também apresentam piores taxas de desemprego do que os homens, uma diferença de 4,3 pontos percentuais em 2022. No que diz respeito à renda, apesar da diferença estar diminuindo lentamente nos últimos anos, **o rendimento dos homens ainda segue 27,3% superior ao das mulheres** (em 2012 essa diferença era de 34,8%).<sup>37</sup> Pesquisas apontam que, no primeiro semestre de 2023, a remuneração média das mulheres negras era de R\$ 1.948, o que equivale a 48% do que recebem os homens brancos, 62% de mulheres brancas e 80% do que ganham os homens negros.<sup>38</sup> As mulheres representam 92% das trabalhadoras domésticas no país, das quais 65% são negras, que ainda recebem 20% a menos do que as não negras.<sup>39</sup>

Portanto, os diversos aspectos como o trabalho precário, informalidade, baixa remuneração, desigualdade salarial nas ocupações formais, acesso limitado à propriedade e terra, insegurança alimentar, cuidado não remunerado, gravidez precoce, monoparentalidade, falta de acesso ao ensino técnico e superior, violência doméstica, assédio sexual e moral, e a falta de acesso a recursos digitais formam um quadro de feminização crônica da pobreza. Esse processo é a tendência de as mulheres serem mais afetadas pela pobreza em comparação aos homens.



33 IPEA e UNIFEM, [Brasil Retrato das Desigualdades Gênero e Raça](#). Acesso em 01 de novembro 2023.

34 Dados de educação com recorte por sexo/gênero e raça ao mesmo tempo são bastante escassos. Portanto, o dado apresentado data de nove anos atrás. ONU Mulheres & IPEA, [Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça](#), 2015. Acesso em 6 de abril de 2024.

35 IBGE. [Mulheres brasileiras na educação e no trabalho](#). Acesso em 25 de julho de 2023.

36 ONU Mulheres. Empoderamento Econômico. Acesso em 23 de julho de 2023.

37 Fundação Getúlio Vargas. [O gender gap no mercado de trabalho pode ser mitigado por boas políticas públicas](#). Acesso em 24 de julho de 2023.

38 Agência Brasil, [Mulheres negras recebem 48% do que ganham homens brancos](#), 2023. Acesso em 06 de abril de 2024.

39 Agência Brasil, [Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país](#), 2022. Acesso em 01 de novembro de 2023.

Estudos demonstram que as mulheres representam 70% dos pobres em todo o mundo.<sup>40</sup> Para combater a feminização da pobreza, são essenciais abordagens transversais e multifacetadas. São necessárias políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, como políticas para redução das desigualdades salariais, capacitação das mulheres e prevenção da violência de gênero, bem como uma sensibilização da sociedade e do mercado de trabalho sobre a importância da igualdade de oportunidades para mulheres e homens. Somente assim



alcançaremos uma sociedade mais justa e inclusiva.

## Violência de gênero

A violência de gênero é toda ameaça que aconteça contra a vontade de uma pessoa, baseada nas diferenças de caráter social entre homens e mulheres, e que cause danos. Tem por base a discriminação por motivos de gênero e relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas pela violência de gênero, mas ela também é praticada regularmente contra pessoas que possuem orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais diversas, e é motivada por uma penalização de quem supostamente está desafiando as normas de gênero predominantes. Se manifesta de diversas formas, entre elas, violência física, sexual, psicológica, de natureza econômica, coação, privação

40 Novellino, Maria Salet F. [Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres](#). Paper apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 26 a 30 de outubro de 2004. Acesso em 24 de julho de 2023.

de liberdades, casamento forçado, negação de recursos, de oportunidades ou serviços, mutilação genital feminina e tráfico de pessoas, incluída a escravidão sexual, servidão doméstica ou matrimônio servil. Pode ocorrer tanto em ambientes públicos como privados.<sup>41</sup>

A violência contra as mulheres agravou-se durante a pandemia de COVID-19, uma vez que muitas ficaram confinadas em casa junto com seus próprios agressores, sem acesso a rede de apoio e serviços públicos. Em cada dez mulheres, quase sete (68%) afirmam que abusos físicos e verbais por parte de seus parceiros se tornaram mais comuns, e uma em cada quatro relatam maiores conflitos domésticos. Além disso, uma em cada dez mulheres com mais de 15 anos (9,9%) sofreu algum tipo de violência física e/ou sexual de seu ou sua parceira no último ano. **Globalmente, uma mulher ou menina é morta por alguém da sua própria família a cada 11 minutos**, e estima-se que 736 milhões de mulheres tenham sofrido violência física ou sexual ao menos uma vez em suas vidas. Dadas as limitações de coleta de dados, a problemática tende a ser ainda mais elevada.<sup>42</sup>

Em 2022, o Brasil registrou o maior número de estupros da sua história. No total, foram 74.930 sobreviventes. Seis em cada dez tinham menos de 13 anos, e mais de 80% eram menores de idade.

A cada **11 minutos**   
uma mulher ou menina  
**é morta por alguém**   
**da própria família.** 

Como são contabilizados apenas os casos registrados na polícia, é certo que haja subnotificação. Além disso, a violência doméstica também apresentou dados alarmantes, com 245.713 ocorrências em 2022, bem como o feminicídio, a violência em seu pior extremo. **No total, 1,4 a cada 100 mil mulheres foi vítima de feminicídio, um aumento de 6,1% frente ao ano anterior.**

Em sua maioria, as vítimas são mulheres negras (61,1%) entre 18 e 44 anos (71,9%). Para piorar, sete em cada dez foram mortas dentro de suas próprias casas, por parceiros íntimos (53,6%), ex-parceiros (19,4%) ou familiares (10,7%).<sup>43</sup>

<sup>41</sup> Interagency Standing Committee, [Integrating Gender-Based Violence Interventions in Humanitarian Action](#), 2015, pá Acesso em 24 de julho de 2023.

<sup>42</sup> ONU Mulheres. [Explainer: Sustainable Development Goal 5](#). Acessado em 22 de julho de 2023.

<sup>43</sup> Fórum Brasileiro de Segurança Pública. [17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), 2023. Páginas 127 – 161. Acm 24 de julho de 2023.

**1,4 a cada 100 mil mulheres foi vítima de feminicídio**



**aumento de 6,1% frente ao ano anterior.**

## Casamentos infantis e uniões precoces

O casamento infantil é a união formal ou informal em que pelo menos uma das partes tem menos de 18 anos. Embora tanto meninas quanto meninos vivenciem casamentos infantis e uniões precoces, meninas são significativamente mais afetadas. No Brasil, o casamento infantil não tem aspectos culturais ou ritualísticos, mas acaba sendo motivado por uma série de fatores como a pobreza, a tentativa de proteger a reputação de uma jovem que engravida, a busca por segurança e o desejo de controlar a sexualidade das jovens.<sup>44</sup>

Casamentos infantis e uniões precoces privam mulheres e meninas de sua agência, muitas vezes refletindo e reafirmando seus status de subordinação. São uma violação de direitos humanos e roubam a infância de meninas, forçando-as a tomarem responsabilidades da vida adulta de maneira precoce. Limita suas oportunidades de futuro, normalmente fazendo com que deixem seus estudos para tomarem conta dos serviços domésticos, impactando de maneira negativa também sua saúde e aumentando inclusive as chances de uma gravidez na adolescência, por vezes de risco, bem como de violência doméstica. Apesar das leis existentes, a prática permanece generalizada.<sup>45</sup>

44 Câmara dos Deputados. [Dados do Unicef apontam que o Brasil ocupa 4º lugar em casamentos infantis no mundo](#). Acesso em 22 de julho de 2023.

45 UNFPA. [Casamento Infantil](#). Acesso em 22 de julho de 2023.

Em 2021, quase uma em cada cinco mulheres (19,5%) entre 20 e 24 anos havia se casado antes de completar 18 anos. Apesar de 25 milhões de casamentos infantis terem sido evitados na última década, a pandemia da COVID-19 trouxe o risco de volta para 10 milhões de meninas a nível global. Dentre os fatores de risco, estão incluídos o fechamento das escolas, o estresse econômico, interrupção dos serviços, gravidez e morte dos pais.<sup>46</sup> Para acabar com o casamento infantil até 2030, como previsto no ODS 5, a taxa de mudança precisa ser acelerada em 17 vezes.<sup>47</sup>



**1 em cada 5 mulheres** (19,5%) entre 20 e 24 anos havia **se casado antes dos 18**.



O Brasil ocupa o **4º lugar no mundo** em números absolutos de **mulheres casadas até os 15 anos (11%)**.



Cerca de **26%** de mulheres com idade entre 20 e 24 anos **se casaram quando tinham menos de 18 anos**.

Na América Latina, o casamento infantil costuma acontecer por meio de uniões informais, onde a menina vive com seu parceiro ou parceira, e não a partir de um casamento formal. Segundo estimativas, **o Brasil ocupa o quarto lugar no mundo em números absolutos de mulheres casadas até os 15 anos (11%)**. Também é o quarto país em número de meninas casadas com menos de 18 anos. **Cerca de 26% de mulheres com idade entre 20 e 24 anos se casaram quando tinham menos de 18 anos.**<sup>48</sup>

## 5. Recomendações

Para se alcançar uma sociedade mais igualitária e maior justiça social, é fundamental reconhecer as desigualdades de gênero existentes e buscar maneiras de avançar a Agenda 2030, em específico as metas do ODS 5. É necessário um trabalho transversal, envolvendo inúmeros setores da sociedade, como governos, organizações não governamentais, organizações internacionais, academia, setor privado e a própria população. O trabalho conjunto garante que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, idade, cor, raça ou etnia, classe social, possam

46 UNICEF. [10 milhões de meninas a mais em risco de casamento infantil devido à COVID-19](#). Acesso em 22 de julho de 2023.

47 ONU Mulheres. [Explainer: Sustainable Development Goal 5](#). Acesso em 22 de julho de 2023.

48 UNICEF. [A profile of Child Marriage and Early Unions in Latin America and the Caribbean](#), 2019. Acesso em 24 de julho de 2023.

alcançar seu pleno potencial e entendam a importância de se trabalhar para reduzir desigualdades e discriminações. Algumas recomendações incluem:

### **Educação para a igualdade:**

É essencial que escolas e instituições de ensino promovam a igualdade de gênero ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida. Isso inclui desafiar estereótipos de gênero e permitir que meninas e meninos tenham acesso a uma ampla gama de atividades e brinquedos. Que possam desenvolver suas habilidades e interesses livremente, além de terem acesso a currículos que abordem a igualdade de gênero e a eliminação de práticas discriminatórias.

#### **Referendado por alguns mecanismos como:**

- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo IV, B, 1995)
- Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (2010)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 5 e 10 (2015)
- Recomendação Geral 36 da CEDAW (2017)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018)

### **Implementação de leis e políticas:**

Garantir a implementação efetiva de leis e políticas que protejam os direitos das mulheres e promovam a igualdade de gênero é crucial, incluindo leis de igualdade na política e no local de trabalho, combate à violência de gênero, casamentos infantis e práticas discriminatórias, além da oferta de serviços como creches públicas.

#### **Referendado por alguns mecanismos como:**

- Constituição Federal do Brasil (1988)
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo V, 1995)
- Recomendação Geral 23 da CEDAW (1997)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5, 10, 16 e 17 (2017)

### **Coleta de dados:**

É importante continuar coletando dados desagregados por sexo, gênero e raça para entender a extensão das desigualdades e monitorar o progresso em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Referendado por alguns mecanismos como:

- Recomendação Geral 9 da CEDAW (1989)
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo IV, H, 1995)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5, 10, 16 e 17

### **Equilíbrio do trabalho doméstico e de cuidado:**

É importante incentivar a distribuição igualitária das tarefas domésticas e de cuidado entre mulheres e homens. Isso envolve desconstruir a ideia de que algumas atividades são para mulheres enquanto outras são para homens, e incentivar a cooperação mútua nas responsabilidades familiares.

Referendado por alguns mecanismos como:

- Recomendação Geral 17 da CEDAW (1991)
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo IV, F, 1995)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 5, 8 e 10 (2015)
- Lei sobre o Trabalho Doméstico (2015)

## **Representatividade e inclusão:**

Garantir a presença e participação igualitária de mulheres, homens e pessoas não-binárias em todas as áreas da sociedade, incluindo representatividade em cargos de liderança na política, no mercado de trabalho, nas artes, na ciência e em todos os aspectos da vida pública e privada. Essa inclusão precisa estar em todos os níveis decisórios, e iniciativas como cotas de gênero na política podem ser eficazes como medidas reparatórias para desigualdades históricas.

### **Referendado por alguns mecanismos como:**

- Recomendação Geral 13 da CEDAW (1989)
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo IV, F e G, 1995)
- Recomendação Geral 23 da CEDAW (1997)
- Lei das Eleições (1997)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 (2015)

## **Resolução E/CN.5/2024/L.5 do ECOSOC (2024)**

### **Igualdade no mercado de trabalho:**

É essencial eliminar a disparidade salarial de gênero, proporcionando igualdade de oportunidades de emprego e promoção para mulheres, homens e pessoas não-binárias. Políticas como licença parental compartilhada e horários flexíveis podem ajudar a promover essa igualdade.

### **Referendado por alguns mecanismos como:**

- Recomendação Geral 13 da CEDAW (1989)
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo IV, F, 1995)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 2, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15 (2015)
- Lei de Igualdade Salarial (2024) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 (2015)

## Outras forma de empoderamento econômico:

Incentivar o empreendedorismo, o acesso a crédito e propriedade de terra, e o apoio a projetos liderados por mulheres são medidas que podem contribuir para o empoderamento econômico de mulheres e para reduzir sua dependência financeira.

Referendado por alguns mecanismos como:

- Recomendação Geral 13 da CEDAW (1989)
- Recomendação Geral 16 da CEDAW (1991)
- Recomendação Geral 17 da CEDAW (1991)
- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo IV, F, 1995)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 2, 5, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15 (2015)

## Prevenção e resposta à violência de gênero:

É fundamental implementar leis e políticas que protejam as mulheres, meninas, homens e meninos frente à violência de gênero, e que garantam uma resposta adequada às pessoas sobreviventes, incluindo serviços especializados como saúde, justiça, apoio psicossocial e alojamento. Além disso, é crucial trabalhar a prevenção a partir de programas de conscientização e educação em todas as faixas etárias e com pessoas em sua diversidade. O envolvimento ativo dos homens na igualdade de gênero e redução das discriminações com base no gênero é essencial. Homens podem ser aliados importantes na desconstrução de padrões nocivos e no avanço da igualdade.

Referendado por alguns mecanismos como:

- Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Capítulo IV, D, 1995)
- Lei Maria da Penha (2006)
- Lei do Feminicídio (2015)
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3, 5 e 16 (2015)
- Recomendação Geral 35 da CEDAW (2017)